

da Justiça de Mato Grosso, sugerindo ao mesmo a adoção das seguintes medidas: a- providenciar, em caráter emergencial, a remoção das mulheres presas para uma cadeia pública, próxima a capital, para recolhê-las e que fiquem, provisoriamente, com a destinação de prisão exclusiva de mulheres; b- elaboração de projeto e construção de uma penitenciária feminina; c- criação e instalação de uma casa de albergado na capital; d- reforma e equipamento da Penitenciária Pascoal Ramos; e- absorção do Presídio de Carumbê, com reforma e equipamento do mesmo que, em princípio deve se destinar, exclusivamente a presos provisórios; f- projeto e construção de Mini-Hospital de Custódias para doentes mentais; g- reciclagem do pessoal penitenciário; h- melhoria da assistência judiciária. 2- Oficie-se ao Presidente do Tribunal de Justiça e ao Procurador Geral de Justiça elogiando-se o trabalho do Dr. Antonio de Paulo Costa Carvalho, Juiz de Direito de Rondonópolis e dos Drs. Ulisses Araújo Barbosa e José Basílio Gonçalves, Promotores de Justiça de Rondonópolis no inquérito policial civil e militar visando a apuração da autoria dos homicídios e tentativas de homicídios praticados contra os presos, dando-se, ainda, ciência dos problemas da Vara de Execuções Criminais ao Tribunal de Justiça. 3- Oficie-se ao Juiz de Execuções Criminais de Cuiabá aplaudindo a decisão da criação de um Conselho de Comunidade, em Cuiabá, com o nome de Conselho de Comunidade, já mencionada, neste relatório; 4- Oficie-se ao Juiz e Curador de Menores de Cuiabá, dando-se ciência do relatório, com referência às condições em que se encontram os menores internados na Penitenciária Pascoal Ramos e Presídio de Carumbê; 5- Sejam solicitadas informações do DEPEN, com relação da transformação das celas individuais da Penitenciária de Rondonópolis que passariam a alojar 02 (dois) presos. SUGESTÃO FINAL - Tendo em vista a gravidade dos fatos relatados e a superlotação do sistema penitenciário matogrossense, sugere-se que se oficie ao Exmº Sr. Ministro da Justiça, dando-se ciência do relatório, em especial, com referência ao problema representado pela paralisação das obras da Penitenciária de Rondonópolis, bem como enviando-se a S. Excia. a carta do preso Fernando de Jesus Santos, recolhido na cadeia pública daquela cidade. Em discussão o Relatório, foi aprovado por unanimidade, assim como as recomendações nele apresentadas, tendo recebido o Conselheiro JOÃO BENEDITO AZEVEDO MARQUES, cumprimentos do Senhor Presidente, pelo brilhante trabalho realizado, sendo parabenizado também pelos Conselheiros NILZARDO CARNEIRO LEÃO e LUIZ ANTÔNIO GUIMARÃES MARREY, que manifestou apoio e aplausos ao Conselheiro-relator, não que foi seguido pelos demais membros do Colegiado e convidados presentes à reunião. Informou o Dr. PAULO ROBERTO C. DE AMORIM, nesta oportunidade, que foram liberados vinte e sete milhões, quinhentos e dezessete mil, duzentos e quarenta e oito cruzados novos, a serem transferidos aos Estados, para dar continuidade às obras paralisadas do sistema penitenciário, assim como foram liberados também trinta e cinco mil, oitocentos e trinta cruzados novos para transferência aos municípios, totalizando do vinte e sete milhões, quinhentos e cinquenta e três mil e setenta e oito cruzados novos, definidos, igualmente, recursos orçamentários da ordem de 2 milhões de cruzados novos para o INFOPEN (Programa de Informatização do Sistema Penitenciário). Ainda sobre inspeções ao sistema penitenciário, sugeriu o Conselheiro JOÃO BENEDITO AZEVEDO MARQUES que, para as próximas visitas, em cada uma sejam designados dois Conselheiros. Decisão-CNCP: pela aprovação unânime. Incluídos, ainda, na Ordem do Dia, os seguintes processos e expedientes pendentes, relatados pelo Conselheiro JOÃO BENEDITO AZEVEDO MARQUES: 1) Exposição de motivos nº 06/88 - PGJ/SP - (Processo-MJ-Nº 7.675/88-24) - Assunto: menores em representações teatrais, televisivas ou películas cinematográficas. Aprovado, por unanimidade, o relatório e o requerimento do Conselheiro Relator, para que "se encaminhe estes autos à Comissão que examina a Parte Especial do Código Penal". Integrando os autos, a nova redação do anteprojeto de lei dispondo sobre a participação de crianças, adolescentes e jovens, em eventos com sexo explícito, sugerida pelo Conselheiro-relator. 2) Ofício S/Nº-88, de entidades de São Paulo, sobre Direitos Humanos - Assunto: representação contra a internação de menores de 18 anos em casa de Custódia e Tratamento - (relatado - em diligência à Secretaria de Justiça/SP). Foi solicitado pelo Conselheiro-relator que se reiterasse o pedido inicial de informações sobre a denúncia, à Secretaria de Justiça do Estado de São Paulo, feito através do Ofício nº 023/89, de 31.01.89, da Presidência deste Conselho. 3) Processo-MJ-Nº 01.813/89 - Assunto: relatório pertinente à Conferência Internacional de Direito Penal/RJ - VOTO: "Tendo em vista a existência de Comissão neste Conselho encarregada de examinar a Parte Especial do Código Penal, sugiro o encaminhamento destas sugestões àquela Comissão". Decisão-CNCP: Pela aprovação unânime, com encaminhamento de cópias do Relatório a todos os Conselheiros. 4) Carta do preso Waldeir José de Paiva - VOTO: "Encaminhe-se ao Procurador-Geral da Justiça de Minas". Decisão-CNCP: aprovado por unanimidade. Ainda pelo Conselheiro JOÃO BENEDITO AZEVEDO MARQUES foi solicitada a redistribuição da "apreciação do Projeto de Lei nº 410/88 - que dispõe sobre Atividades Hemoterápicas", por se tratar de assunto que foge aos seus conhecimentos. IV- Assinada, para publicação, a Resolução-CNCP nº 04/84, revisada e aprovada pelo Colegiado nos seguintes termos: "O Presidente do CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o acolhimento unânime do voto exarado no Processo-MJ-Nº 002737/89-83, resolve alterar a 8ª norma da Resolução nº 04/84, pela seguinte redação: 8ª - Toda transferência de preso preenchidos os requisitos legais, é de interesse público, cabendo o ônus financeiro daí decorrente a responsabilidade das administrações penitenciárias envolvidas. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação - RUY DA COSTA ANTUNES - Presidente em exercício". V- Revisão do Regimento Interno do CNCP face à nova estrutura básica do Ministério da Justiça - Vista ao Conselheiro JOSÉ ARTHUR ALVES DA CRUZ RIOS, que declarou nada ter a acrescentar à proposta já apresentada. No decorrer da reunião foi encaminhada ao Conselho, pela Secretaria de Modernização Administrativa do Ministério da Justiça, a proposta do Regimento Interno do CNCP com as adaptações formais e legais necessárias à sua aprovação por Sua Excelência o Senhor Ministro desta Pasta. Analisado o texto pelo Colegiado, foi aprovado por unanimidade, tendo se manifestado o Conselheiro LUIZ ANTÔNIO GUIMARÃES MARREY propondo o preenchimento da lacuna relativa ao quorum para realização dos trabalhos do Conselho - art. 59, § 2º, que ficou com a seguinte redação: "§2º - As reuniões serão realizadas com a presença mínima de 07 membros". Decisão-CNCP: pela aprovação da proposta do Conselheiro MARREY. VI- Proteção à fuga de presos - "Métodos eletrônicos". Pelo Conselheiro SÉRGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO, relator do processo, foi solicitado o adiamento da discussão para a reunião da tarde, face a importância do assunto e a ausência de alguns Conselheiros que poderiam ainda chegar. VII- Relatório - Conclusões II

gresso Brasileiro de Criminologia - Londrina/PR (Ofício PUB/CBC Nº 404, de 19.09.88) - Relator: Conselheiro NILZARDO CARNEIRO LEÃO. VOTO: "De serem distribuídos entre os Conselheiros as conclusões anexadas e, ao mesmo tempo, de ser oficiado ao ilustre Professor, parabenizando-o pelo êxito do conclave, não só por sua perfeita organização como pelo alto nível das comunicações apresentadas". Decisão-CNCP: Pela aprovação unânime. Nesta oportunidade o Conselheiro NILZARDO passou às mãos do Senhor Presidente, cópia do Relatório enviado ao Exmº Senhor Ministro da Justiça, elaborado quando de sua participação, na qualidade de observador de signado do Ministério da Justiça, no "Encontro Nacional de Secretários de Justiça", realizado nos dias 23 e 24 de fevereiro do ano corrente, no Recife/PE. Pelo Conselheiro ARTHUR RIOS foi ressaltada, com cumprimentos, a participação, no Encontro, do ilustre Conselheiro NILZARDO CARNEIRO LEÃO. VIII- Processos e expedientes pendentes - Relatórios - Processos-MJ-Nº 01.815/89 - Assunto: considerações do Conselho Penitenciário do Distrito Federal sobre inspeções realizadas pelos Conselheiros NILZARDO CARNEIRO LEÃO e JOÃO BENEDITO AZEVEDO MARQUES, no CIR-Papuda/DF. Relator: Conselheiro LUIZ ANTÔNIO GUIMARÃES MARREY. VOTO: "Pelo exposto, proponho: 1- seja aprovado voto de integral apoio ao trabalho realizado pelos Conselheiros Nilzardo e João Benedito e de repulsa aos termos inadequados e descorteses empregados no ofício do Conselho Penitenciário do Distrito Federal; 2- seja reafirmado o propósito deste Conselho Nacional de fiscalizar o cumprimento da lei de Execução, representando às autoridades competentes sempre que se entender necessário, a fim de se obter o pleno respeito aos dispositivos legais; 3- seja arquivado este expediente, dando-se ciência dos termos da decisão ao Governador do Distrito Federal, ao Secretário de Segurança Pública do DF, aos Juizes e Promotores das Execuções Criminais e ao Conselho Penitenciário do Distrito Federal". Ainda pelo Conselheiro MARREY foi proposto renovação de visita ao sistema penitenciário do Distrito Federal, após se inteirarem do Relatório de Atividades do seu Conselho Penitenciário no ano de 1988. Voto em discussão, foi aprovado por unanimidade pelo Colegiado, acolhida também a sugestão do Conselheiro-relator, de criação de comissão para visita ao sistema penitenciário do Distrito Federal, com data a ser marcada pelos próprios Conselheiros designados, a saber: Professor JOSÉ ARTHUR ALVES DA CRUZ RIOS, Dr. LUIZ ANTÔNIO GUIMARÃES MARREY e Professora ELIZABETH DA CUNHA SUSSEKIND. Manifestaram-se, nesta oportunidade, os Conselheiros NILZARDO e JOÃO BENEDITO, fazendo um sucinto relato de suas visitas ao sistema penitenciário do Distrito Federal. Como haviam se declarado impedidos de relatar o processo em questão, colocaram-se à disposição do Conselheiro-relator e dos demais membros do Colegiado, para informações acerca de suas visitas à Papuda/DF. O Conselheiro JOÃO BENEDITO declarou ainda, não se achar impedido de votar a matéria sugerindo que, acompanhando o parecer do ilustre relator, a ser encaminhado às autoridades ali recomendadas, fosse remetido também cópias dos relatórios de visitas anteriores àquela estabelecimento prisional. Em seguida, tendo em vista o adiantado da hora, encerrou o Senhor Presidente, a sessão, determinando fossem os trabalhos retomados às quatorze horas e quarenta e cinco minutos. E, para constar, eu, MARINA LANDIM FERREIRA, Coordenadora do Conselho e Secretária "ad hoc", lavei a presente ata, que será assinada pelo Senhor Presidente, após aprovação do Colegiado, e por mim.

RUY DA COSTA ANTUNES  
Presidente em exercício

MARINA LANDIM FERREIRA  
Secretária "ad hoc"

#### ATA DA 155ª REUNIÃO ORDINÁRIA (28.03.89) - TARDE

Às quinze horas do dia vinte e oito de março de mil, novecentos e oitenta e nove, na sala nº 308 do Edifício-Sede do Ministério da Justiça, em Brasília, sob a presidência do Conselheiro-Presidente em exercício, Professor RUY DA COSTA ANTUNES, reuniu-se o CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA, com a presença dos seguintes membros: Professores ANTÔNIO EVARISTO DE MORAES FILHO, EDMUNDO ALBERTO BRANCO DE OLIVEIRA, JOSÉ ARTHUR ALVES DA CRUZ RIOS, NILZARDO CARNEIRO LEÃO, SÉRGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO, Doutores JOÃO BENEDITO AZEVEDO MARQUES e LUIZ ANTÔNIO GUIMARÃES MARREY. Ausências Justificadas: Conselheiros Professores ELIZABETH DA CUNHA SUSSEKIND, RENÉ ARIEL DOTTI, ROGÉRIO LAURIA TUCCI e Doutor MIGUEL FREDERICO DO ESPÍRITO SANTO. Presentes à reunião o Dr. PAULO ROBERTO CANÇADO DE AMORIM, Secretário de Justiça e Segurança Pública do Ministério da Justiça, em exercício, e HENRIQUE NEVES MARIANO, seu assessor. I- Proteção à fuga de presos - "Métodos eletrônicos" - Relator: Conselheiro SÉRGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO. Parecer do Relator: "É de meu parecer, salvo o juízo dos mais doutos, que o egrégio Conselho precisa reexaminar a mencionada decisão anterior; se revista, e nos termos da opinião aqui manifestada, que recomende a desativação da cerca elétrica operante; não permitindo, de outra sorte, que novos engenhos semelhantes se instalem". Em debate a matéria, sugeriu ainda o Conselheiro relator, ser a mesma examinada de forma genérica, sendo, nesta oportunidade, questionada pelos demais membros do Colegiado, a preponderância dos valores "vida" e "integridade física", sobre os métodos e artefatos usados em estabelecimentos prisionais de segurança máxima, como obstáculos à fuga de presos, tal como cercas eletrificadas. No caso específico da Penitenciária Professor Barreto Campelo, em Pernambuco, ponderou o Conselheiro ANTÔNIO EVARISTO DE MORAES FILHO, a necessidade de se tomar providências imediatas, tendo sugerido o Conselheiro MARREY, enquanto o Conselho examina a questão de forma genérica, fosse encaminhado ao Secretário de Justiça daquele Estado, resolução nesta oportunidade apresentada ao Colegiado, nos seguintes termos: "O CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA, no uso das suas atribuições legais, reunido em sua 155ª sessão ordinária, realizada em Brasília no dia 28 de março de 1989 e, tendo em vista o Relatório de inspeção realizada pelo Departamento Penitenciário Nacional na Penitenciária Barreto Campelo, que examinou em especial o uso de cerca eletrificada como meio de impedir fugas; tendo em vista que este Conselho realizara estudos no sentido de determinar a licitude dos aparatos utilizados no Sistema de Segurança dos estabelecimentos penais em geral; tendo em vista que parece, desde logo, desaconselhável a manutenção de cercas eletrificadas tal como supra-referida; RESOLVE: Recomendar à Secretaria da Justiça do Estado de Pernambuco o imediato estudo de alternativas no sentido de possibilitar a substituição do uso da cerca eletrificada da Penitenciária Professor Barreto Campelo. Esta